

Unidos para conquistar mais respeito

Em agosto do ano passado o Sindieletro foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho como representante de todos os trabalhadores que trabalham com energia em sua base territorial, seja ele empregado da Cemig ou de empreiteiras. Por isso, de agora em diante, os terceirizados terão um sindicato forte que irá defender seus direitos.

Nos últimos anos, o Sindieletro vem lutando para que a Cemig acabe com a terceirização e contrate todo o pessoal que precisa para executar o serviço. Contudo, a empresa se nega a cumprir a lei e primarizar as atividades-fim. Temos certeza que isso, mais cedo ou mais tarde, irá acontecer. Mas enquanto a Justiça brasileira não obriga a Cemig a ampliar seu quadro de empregados, queremos que ela exija das empreiteiras salários e condições de trabalho semelhantes a que oferece aos seus empregados.

Hoje, existem mais de seis mil trabalhadores terceirizados em atividade-fim. Eles fazem o mesmo trabalho e ajudam a construir o lucro de bilhões de reais. Mas na hora de receber o salário, o contracheque é menos da metade. Sem falar nos acidentes que atingem duas vezes mais quem trabalha em empreiteira. Essa situação precisa mudar.

Somente com união teremos força para mudar uma gestão trabalhista perversa que tomou conta da Cemig. É exatamente a união e a solidariedade entre todos os eletricitários que irá possibilitar novas e importantes conquistas.

Diretoria do Sindieletro-MG

Fotos: Benedito Maia



A celebração do 1º de Maio, data criada a partir da mobilização dos operários americanos por redução da jornada, realizada sob violenta repressão, em Chicago, em 1886, vem sendo desvirtuada pelas entidades patronais. Na tentativa de minimizar a importância dos trabalhadores para o mundo moderno, calendários de empresas como Cemig e Gasmig renomeam o dia como “Dia do Trabalho”, desvinculando a data do marco histórico da organização da classe trabalhadora.

Em sentido contrário ao movimento patronal, a CUT trabalha para que as comemorações deste ano tenham a marca da unidade das centrais e dos movimentos sociais a favor dos trabalhadores. Para o presidente nacional da CUT, João Antônio Felício, a data é “referência no mundo em defesa do desenvolvimento e contra as injustiças sociais”.

Para o vice-presidente da CUT-MG e diretor do Sindieletro, Lúcio Guterres, o título “Dia do Trabalho” busca mascarar a história de luta dos trabalhadores e a comemoração deve ser tratada sempre como o dia do trabalhador. “É um dia de luta e de luto, de relembrar toda a história do trabalho no planeta e de mostrar a importância de quem morreu nas cavernas, nas portas das fábricas, nas minas e nas greves, saindo de uma história de nenhum direito para várias conquistas”, destaca.

Guterres avalia que as centrais sindicais acertam ao cele-



Trabalhadores merecem homenagem por todas as lutas que travaram em nome da dignidade

brar a data de forma unificada, organizando a pauta nacional de lutas, contando a história da resistência e falando sobre os mártires dos trabalhadores.

Esforço e conquistas

Lúcio Guterres diz que os trabalhadores brasileiros têm muito que comemorar como a redução da jornada de 18 horas diárias para 44 horas semanais, piso para o salário mínimo, férias anuais, descanso semanal, Previdência Social, 13º salário e o pagamento do PIS/ PASEP.

Ele cita, também, as políticas de segurança, a proteção ao trabalho da mulher, do menor e dos portadores de necessidades especiais, contratos coletivos de trabalho, o direito à organização sindical e à greve, a consolidação da Justiça do Trabalho e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

No caso da Cemig, Guter-

res ressalta a vitória da mobilização dos eletricitários com a conquista da jornada semanal de 40 horas, participação nos resultados, garantida pela organização obstinada dos eletricitários, inclusive com greve de fome, e o salário-educação, apesar de ainda “irrisório”.

Novos desafios

Em relação aos retrocessos para os trabalhadores, Guterres ressalta as novas tecnologias, que enxugam o mercado de trabalho e criam relações trabalhistas mais frágeis.

Ele lembra que, até pouco tempo, a Cemig tinha 17 mil trabalhadores para atender três milhões de consumidores, com lucro de R\$100 milhões por ano. “Hoje, por causa da tecnologia, somos apenas dez mil trabalhadores, atendendo seis milhões de consumidores e o lucro é de R\$ 2,1 bilhões por ano”, compara.

Para Guterres, a redução da jornada de trabalho é prioridade para o Brasil. “Temos que fazer com que o aperfeiçoamento da indústria favoreça as relações trabalhistas, gerando bem estar para trabalhadores e para sociedade. Os eletricitários, como categoria politizada, devem encampar esta luta”, avalia.

No caso da Cemig, Guterres acredita que o 1º de maio é oportunidade de debater e “fortalecer o sindicato, não caindo no discurso da direção da Cemig que quer esvaziar o Sindieletro”. Para ele o melhor investimento que o trabalhador faz é no seu sindicato, único canal para a defesa dos direitos, como a melhoria do ambiente de trabalho na empresa e a manutenção no quadro de pessoal. “Foi através do sindicato que a categoria conquistou benefícios históricos como o plano de saúde e participação nos resultados”, ressalta.

28 de Abril: em defesa da saúde e segurança do trabalhador

“Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”

*Artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos do Homem
Assembléia Geral da ONU, 10 de Dezembro de 1948*

Na próxima sexta-feira, as confederações e sindicatos dos ramos profissionais da CUT irão celebrar o Dia em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças de Trabalho, instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), para reafirmar a posição em defesa da segurança e saúde no trabalho. Em Minas, a principal atividade será realizada na Praça Sete.

Os trabalhadores e trabalhadoras da Cemig têm um motivo a mais para participar do ato e, neste dia, conversar, nem que seja com o colega do lado, sobre a situação de risco a que estão expostos. No ano passado a Cemig gastou bastante dinheiro para fazer propaganda do “Acidente Zero” e o resultado foram 10 acidentes fatais com trabalhadores.

Um dos fatores que leva a tantos acidentes é a redução do quadro de pessoal, que por sua vez gera a adoção de processos

de trabalho que não levam em conta a saúde do trabalhador e vão contra a legislação trabalhista. O trabalho isolado, por exemplo, já é considerado ilegal, mas a empresa continua a praticá-lo para economizar na folha de pagamento.

Essa economia só não poupa a vida de eletricitistas como Palmiro Martins, que morreu porque não havia outro colega para realizar os primeiros socorros após sofrer choque elétrico quando trabalhava em um transformador na Usina de São Simão.

Com base em análises comparativas entre o número de empregados, número de consumidores e acidentes de trabalho feita pelo Sindieleto, a conclusão é imediata.



Eletricitários realizam ato em homenagem aos acidentados na porta da Sede

“O motivo de tantos acidentes é redução de pessoal, o aumento de horas-extras e o re-serviço, o que gera maior cansaço e aumenta as possibilidades de acidentes. Isso aumenta a produtividade e, ao mesmo tempo, sobrecarrega o trabalhador da Cemig, que vê o número de reclamações aumentando e o de colegas de trabalho diminuindo”, afirma Marcelo Correia, coordenador-geral do Sindieleto.

Em 1994, a empresa tinha no quadro 17.516 trabalhadores para um público consumidor de 3,8 milhões de consumidores. Em 2005, eram 6 milhões de consumidores para apenas 10 mil empregados.

Terceirizados

Para suprir a falta de pessoal a Cemig lançou mão da terceirização. Aí a situação ficou mais complicada, porque esses trabalhadores não passam pelo mesmo treinamento e reciclagem. *“Mais do que ilegal do ponto de vista trabalhista, a terceirização da atividade-fim é hoje uma questão de direitos humanos, tal é o desprezo pela vida”,* ressalta Marcelo Correia, destacando que pela Norma Regulamentadora nº10 do Ministério do Trabalho, a

Foto: Benedito Maia/Arquivo

Acidentes Fatais

Ano	Cemig	Empreiteiras
1999	5	5
2000	3	3
2001	3	3
2002	1	6
2003	0	6
2004	0	5
2005	4	6
2006	1	1

1999/2005 – Relatório Anual de Acidentes de Trabalho – Cemig

2004/2005 – Dados preliminares do Sindieleto, pois a Cemig não divulgou relatório de acidentes após 2005.

Cemig é responsável pelos acidentes com os empregados das empreiteiras que contrata.

Segundo ele, as estatísticas demonstram que as empresas estão terceirizando os acidentes: para cada acidente fatal com trabalhador próprio, ocorrem cinco com empregados terceirizados, exatamente a mesma proporção da Cemig. *“Portanto, é uma estratégia que está sendo utilizada para mascarar os acidentes. A Cemig consegue receber prêmios porque suas estatísticas escondem os acidentes com terceirizados que, na prática, são trabalhadores da Cemig”,* conclui.



O DVD *Terceirização: A Escravidão em Versão Neoliberal* mostra como vivem os trabalhadores terceirizados da maior empresa de energia elétrica da América Latina – a Cemig - e a ação do Sindieleto em várias esferas para combater a precarização do trabalho.

Produzido no ano passado, o videodocumentário traz o relato de trabalhadores terceirizados, empregados do quadro próprio e de autoridades a respeito do tema.

PEÇA JÁ O SEU!
(31) 3273.5066, ramal 4527.

Esses companheiros sofreram acidente fatal enquanto trabalhavam para a Cemig

De 1999 a 2006

David Gomes; Admar Moreira Rodrigues; Lindomar Castilho dos Santos; Roberto Márcio Alves Ferreira; Wellington Pereira Silva; Luiz Cláudio dos Santos; Márcio Amaro Sobrinho; João Miguel Justiliano Gomes; Gregório Alves Cordeiro; Tiago Rodrigues Soares; Cláudio José Soares; José A. Santos; Célio Salgado Filho; Wendel Pereira de Souza; José Ribamar Rocha; José Reis Cezar; João Carlos de Jesus; Wanderlei Ramos de Souza; Antônio Alexandre; Antônio Francisco Ribeiro; Joel Pereira de Matos; José Luzia do Carmo; Aldair Alves Cardoso e Joselito Teodoro Tavares; Luciano de Lourdes Júnior; Jorge Martins Pinheiro; Célio José de Andrade; Wilian Ribeiro Jardim; Ricardo Macedo Boaventura; Palmiro Martins Cardoso; Antônio Pádua Coelho; Vulmar Francisco de Carvalho; Ricardo Pinheiro; Manoel Leonardo Barcelos; Edner Márcio Santos; Ricardo Andrade Resende; Ailton Rocha; Francisco Soares Oliveira; Edmundo Aparecido de Oliveira; José Miguel de Souza; Aldair Lúcio da Costa; João Adilson Prates; Alan Nobre de Oliveira; Vicente Olevato Favorito; Carlos Alberto Martins; Artêmio Pereira dos Santos; Sebastião Lopes de Oliveira; Wender Ferreira Silva, Paulo Roberto Ferreira e Ricardo Barros Monteiro de Castro; Mário Lúcio Rodrigues.

Direitos trabalhistas sob ameaça constante

Ataques aos direitos dos trabalhadores, especialmente no governo de Fernando Henrique, gerou uma das legislações trabalhistas mais flexíveis do mundo. Mas ainda há setores que afirmam que os direitos que restaram oneram a produção e inibem a geração de empregos

A promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, foi um marco na evolução do direito do trabalho no Brasil. Vários direitos como isonomia salarial, salário

mínimo, jornada de trabalho de oito horas diárias, férias e reconhecimento dos acordos e convenções coletivas foram acrescentados à CLT e incorporados às Constituições.

Foto: Benedito Maia/Arquivo



População protesta contra a flexibilização promovida por FHC

Mobilização na França impediu retirada de direitos

Depois de intensa mobilização e protestos de sindicatos e estudantes, o parlamento francês terminou por derrubar, no dia 13 de abril, o polêmico Contrato do Primeiro Emprego (CPE), que previa, entre outras coisas, um período de experiência de dois anos. Após 24 meses de trabalho, os empresários poderiam demitir os funcionários sem qualquer justificativa.

Durante as manifestações, as ruas de Paris foram tomadas por um batalhão de jovens, que foram se juntando a outros cidadãos franceses para derrubar a medida neoliberal do presidente Jacques Chirac. Ferrovias foram bloqueadas, aeroportos interditados e 50% das Universidades entraram em greve, assim como muitas escolas. Os conflitos aconteceram em 150 cidades do país.

Mesmo com as vultosas ondas de violência urbana iniciadas em novembro do ano passado, o governo rejeitou derrubar a lei, admitindo, no má-

ximo, alterar alguns pontos do texto que, oficialmente, tinha o objetivo de criar medidas estatais para a inserção de jovens no mercado de trabalho, mas que, na verdade, criaria uma legião de empregos precários.

A crise política criada em torno da aprovação da lei desestabilizou o frágil governo de Chirac e do primeiro ministro Dominique de Villepin. A mobilização de milhares de trabalhadores garantiu a mudança na lei e a criação de medidas que facilitam o acesso de jovens provenientes dos subúrbios de Paris ao mercado de trabalho.

A expectativa dos movimentos sociais franceses é que a derrubada do CPE minimize os altos números do desemprego no país, que atinge cerca de 20% das pessoas com menos de 26 anos. A recente experiência francesa mostra que a mobilização é o único caminho para evitar que governos e empresários adotem medidas que retirem direitos dos trabalhadores.

Apesar de conquistados com muita luta dos trabalhadores, o Congresso Nacional é palco permanente de atentados contra os direitos trabalhistas. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi campeão de alterações nas normas trabalhistas.

Seguindo as condicionan-

tes apresentadas pelo Banco Mundial para a liberação dos empréstimos internacionais, FHC defendeu fervorosamente a política de desmonte da legislação social e trabalhista, privilegiando sempre os interesses particulares de mercado.

Nas últimas duas décadas

os golpes na CLT, através de medidas provisórias e Projetos de Lei e portarias, esbarraram nas garantias da Constituição Federal e na mobilização liderada nacionalmente pela CUT, que adverte sobre o risco da precarização das relações de trabalho no país.

Balanco da flexibilização da Legislação Trabalhista nos anos 90

Tema/autoria	Alterações
Flexibilização da contratação	
Trabalho por tempo determinado (Lei 9.601/98)	Desvincula o contrato por prazo determinado da natureza dos serviços prestados. Muda critérios de rescisão e reduz contribuições sociais.
Denúncia da Convenção 158 da OIT (Decreto 2100/96)	Elimina mecanismos de inibição de demissão imotivada e reafirma possibilidade de demissão sem justa causa.
Cooperativas profissionais e de prestação de serviços (Lei 8.949/94)	Possibilita a formação de cooperativas de trabalhadores para a prestação de serviços e execução de trabalho dentro das empresas sem caracterizar vínculo empregatício e sem direitos trabalhistas.
Trabalho em tempo parcial (MP 1709/98)	Jornada de até 25 horas semanais com salário e direitos proporcionais sem participação do sindicato nas negociações.
Suspensão do Contrato de Trabalho (MP 1726/98)	Intervalo de 2 a 5 meses, vinculado ao processo de qualificação profissional, negociado entre as partes.
Trabalho temporário (Portaria 2,29/06/96)	Amplia o contrato temporário, generalizando uso de trabalho precário.
Demissão de servidores públicos (Lei nº 9.801/99 e Lei Complementar 96/99)	Disciplina limites das despesas com pessoal, estabelece prazo de dois anos para a demissão por excesso e regulamenta a dispensa do servidor.
Flexibilização do tempo de trabalho	
Banco de Horas (Lei 9.061/1998 e MP 1709/98)	Cria jornada definida anualmente de acordo com flutuações produção/serviço.
Liberação do trabalho aos domingos (MP 1.878-64/99)	Autoriza trabalho aos domingos para comércio varejista sem negociação coletiva.
Flexibilização da remuneração	
PLR - Participação nos lucros e resultados (MP 1029/94)	Determina que PLR não incidirá sobre encargos trabalhistas e não incorporado ao salário, com periodicidade de seis meses. Focaliza a negociação na empresa e abre a possibilidade de remuneração variável.
Política Salarial (Plano Real) MP nº 1053/94	Elimina a política de reajuste salarial através do estado. Proíbe cláusulas de reajuste automático e induz a livre negociação, com controle para não haver reajuste real nem nas negociações nem no judiciário.
Salário Mínimo: sem índice de reajuste (MP 1906/97)	Acaba com reajuste oficial de correção do salário mínimo que passa a ser definido pelo Executivo, sob apreciação do Congresso Nacional.
Outras medidas para o fortalecimento do capital	
Limitação sindical no setor público (DEC 2.066/96)	Limita o número de dirigentes sindicais no setor público e prevê punição de grevistas.

CUT propõe união dos movimentos sociais

Nesse 1º de Maio, a CUT convoca os trabalhadores para um grande ato em defesa do fortalecimento da justiça social, da integração soberana e em repúdio às imposições dos organismos internacionais e suas políticas neoliberais de desmonte do Estado

Foto: CUT/Arquivo

Em entrevista ao Portal do Mundo do Trabalho, o presidente nacional da CUT, João Antonio Felício, defendeu que as comemorações do 1º de Maio deste ano devem ter a marca da unidade com as centrais e os movimentos sociais, numa grande frente contra o retrocesso e pelas mudanças na política econômica. “Devemos marcar posição por menos juros e mais empregos”, sublinhou João Antonio Felício, frisando que ao mesmo tempo em que a CUT explicita suas divergências com aspectos da política econômica, condena de forma enérgica “a orquestração da direita, saudosa das políticas neoliberais que, diante da derrota iminente nas urnas, tenta tornar o país ingovernável”.

Mundo do Trabalho– O que representa o 1º de Maio?

João Felício– Creio que é um momento de marcar posição,

onde a classe trabalhadora dá o seu grito de revolta diante da opressão e das mazelas impostas pelo capitalismo. É um dia de luta e mobilização por emprego, salário e direitos. É uma data referência no mundo em defesa do desenvolvimento e contra as injustiças sociais.

MT– E as grandes festas?

João Felício– Isso não significa que por ser uma data de reivindicação não possa combinar com atividades culturais. A interação com a arte é algo importante, pois é uma forma de sair do discurso sisudo, fechado, estabelecendo uma relação mais estreita com as pessoas através da cultura. Meu sonho é fazer um 1º de Maio que incorpore toda a riqueza da diversidade de experiências culturais dos povos que formaram a nação brasileira. Espero um dia que



João Felício: compromisso com o fortalecimento da justiça social a CUT assumirá esta idéia.

MT– Diante do atual momento político, quais são as bandeiras que tomam a frente?

João Felício– Na questão conjuntural, não temos nenhum receio de afirmar o que representou a vitória do governo Lula em termos de avanço da democracia no Brasil e na América Latina. Assim, teremos um 1º de Maio atípico, no qual os trabalhadores vão às ruas denunciar qualquer perspectiva de retrocesso ou golpe no Continente, como as recentes tentativas de derrubada do presidente Chávez, na Venezuela, ou da tentativa de desestabilização do presidente Lula. Os trabalhadores e a sociedade latino-americana têm afirmado o seu compromisso com o fortalecimento da justiça social, da democracia e da integração soberana, e o repúdio às imposições dos organismos internacionais e suas políticas neoliberais de desmonte do Estado.

MT– E a questão dos juros e do superávit primário?

João Felício– As políticas que têm sido implementadas pelo governo Lula nas áreas sociais têm representado um enorme avanço diante do retrocesso imposto ao país pelo tucanato. Isso é inegável. Se compararmos cem itens, o PSDB-PFL perdem em todos, o desgoverno FHC foi um desastre. Nossas divergências concentram-se em aspectos da política econômica, particularmente as altas taxas de juros e o elevado superávit primário, que drenam recursos importantes que poderiam ser injetados no desenvolvimento do país, na educação e saúde, no fortalecimento da nossa infra-estrutura, acelerando a geração de emprego e renda. Ao mesmo tempo em que fazemos esta crítica, condenamos energicamente a orquestração da direita, saudosa das políticas neoliberais, que diante da derrota iminente nas urnas tenta tornar o país ingovernável, inclusive atrasando a votação do Orçamento da União.

MT– Quais as expectativas para este ano?

João Felício– Em primeiro lugar, mobilizar para reeleger Lula, construindo a necessária unidade dos movimentos sociais. Teremos em junho o 9º Congresso Nacional da CUT, onde vamos aprofundar a reflexão estratégica com o mais amplo e profundo debate com o conjunto das representações dos Estados e ramos de atividade. Esse momento também possibilita entrarmos com força nas campanhas salariais, jogando peso na mobilização das bases e na organização por local de trabalho. Acredito que todo esse acúmulo pavimentará o caminho do desenvolvimento auto-centrado, com base no nosso mercado interno, fortalecendo a renda e a geração de empregos.

Cemig ainda dificulta representação sindical

Foto: Benedito Maia/Arquivo

“Na empresa, devem ser estabelecidas facilidades aos representantes dos trabalhadores, de forma a permitir-lhes desempenhar rápida e eficazmente as suas funções.”

Este é um trecho do artigo dois do Direito Sindical – Normas e Procedimentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma entidade transnacional que trabalha para garantir liberdade nas relações entre trabalhadores e empresas.

Contrariando esta orientação, reconhecida em todo o mundo, a Cemig vem sistematicamente dificultando o acesso de dirigentes sindicais às dependências da empresa.

Para tentar solucionar o

impasse, foi criado em 2005 um Grupo de Trabalho para debater o assunto e tentar chegar a um consenso.

Contudo, a empresa não se dispôs a discutir com o sindicato o resultado dos trabalhos do GT, obrigando o Sindieleiro a entrar na Justiça para garantir que as Normas da OIT sejam cumpridas pela Cemig.

Em reunião realizada em março deste ano, os representantes da Companhia sustentaram que a questão teria que ser resolvida na Justiça, o que diminuiu as possibilidades de negociação.

Para Marcelo Correia, coordenador-geral do Sindieleiro, “nesta última gestão da Cemig, o problema do acesso dos dirigentes ao interior da compa-



Metalúrgicos sofreram agressões físicas a mando do patronato

nhia se acentuou. Já tivemos que recorrer até à polícia para conseguir entrar na Cemig”.

Segundo ele, a empresa vende uma imagem de instituição democrática e com boas re-

lações trabalhistas. No entanto, ainda insiste que as reuniões atrasam o início do expediente, além de não reconhecer a orientação da OIT para a representação sindical.